SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/11/2015 - Instituto Telecom

Anatel não vai regular as OTTs com novo regulamento de interconexão de dados

Anatel não vai regular as OTTs com novo regulamento de interconexão de dados

Enquanto operadoras, governo e regulador discutem se os serviços prestados pela internet devem ser de alguma forma regulamentados, uma primeira abordagem sobre esse tema deve chegar ainda em 2015 ao Conselho Diretor da Anatel, sob a forma do que é chamado de regulamento geral de interconexão.

Trata-se, em verdade, de uma revisão da norma que existe há cerca de 10 anos, mas que na visão da área técnica da Anatel é essencialmente voltada para as interconexões relacionadas a serviços de voz. Daí sua releitura para trazer foco para interconexão de dados.

"Praticamente não existe regulamentação. É uma linha que fala da 'classe V'", diz o superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel, José Bicalho. Vai impor normas para a internet? "Não há nenhuma regra para OTTs. Nada. É uma análise do mercado", promete.

Segundo Bicalho, o regulamento incorpora informações como as obtidas pelo sistema de negociação de ofertas de atacado, o SNOA, a plataforma de compra e venda de capacidades de infraestrutura disponibilizada pela agência. Na prática, acordos de tráfego de dados não usam apenas a mencionada interconexão classe V. A ideia é que as regras assimilem isso.

O texto aguarda um posicionamento da Procuradoria Especializada da Anatel, ainda debruçada sobre outras prioridades da agência, como os acordos de troca de multas por investimentos. "Estamos com um número grande de processos, mas posso afirmar que vamos concluir essa análise ainda este ano", garante o procurador-geral, Victor Cravo.

Em agosto, no 59º Painel Telebrasil, o superintendente de planejamento regulatório da agência, Alexandre Bicalho, concedeu uma entrevista à CDTV, do portal Convergência Digital, onde explicou como será esse novo regulamento de interconexão e também sobre as prioridades da agenda regulatória da Anatel.

Pedido de vista do ministro Zavascki adia novamente decisão sobre classificação indicativa no STF

Mais um pedido de vista, desta vez do ministro Teori Zavascki, adiou por tempo indeterminado a decisão do STF sobre a constitucionalidade da regra atual da classificação indicativa, que estabelece punições para emissoras de rádio e TV que exibirem programas em horário diferente do autorizado pelo Ministério da Justiça.

Antes do pedido de vista, em sessão plenária realizada na quinta, dia 8, o ministro Edson Fachin apresentou parecer favorável à manutenção da norma atual. Ele disse não caber ao estado decidir o que é melhor para a população, e rejeitou qualquer forma de censura prévia. No entanto, defendeu a aplicação das sanções determinadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no caso de descumprimento do horário.

Antes de Fachin, os ministros Dias Toffoli, Luis Fux, Cármen Lúcia e Carlos Ayres Britto (aposentado) já haviam se manifestado contra a regra. Para eles, as emissoras não são obrigadas a seguir os horários e só podem ser multadas se não indicarem a faixa etária indicada no início da exibição. Ou seja, a classificação seria uma ferramenta para que os pais controlem melhor o conteúdo consumido por seus filhos, e não uma imposição.

Como ainda faltam seis votos para a conclusão do julgamento, não é possível determinar qual será o parecer da maioria dos ministros.

A ação contra a norma atual foi apresentada em 2001 pelo PTB, com apoio da Abert. O partido questiona o Artigo 254 do ECA, que prevê multa para as emissoras que transmitirem "espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação". O julgamento estava paralisado desde 2011, após pedido de vista do então ministro Joaquim Barbosa.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/11/2015 - Telesíntese

CEO da Telecom Italia volta a admitir venda da TIM Brasil

Compradora ou vendedora? Conforme o presidente da Telecom Italia, Marco Patuano, a companhia continua a "analisar todas as possibilidades que tragam valor para seus acionistas, inclusive a venda da TIM Brasil pelo preço certo".

Esta foi a primeira declaração de Marco Patuano, na conferência de hoje, 6, com os analistas para a divulgação dos resultados do terceiro trimestre da operadora italiana. E o executivo reiterou que o "caso Oi", no qual a TIM Brasil acabou envolvida com uma oferta feita à concessionária brasileira (pelo fundo inglês, LetterOne administrado por um bilionário russo) a sua empresa não está "formalmente engajada", "não há formalmente qualquer conversa" e "não há formalmente qualquer aproximação".

Recentemente no Brasil, Patuano havia dito que, para negociar uma fusão com a Oi, condição imposta pelo fundo para aportar os US$ 4 bilhões na Oi, seria necessária a mudança no marco regulatório brasileiro.

Afirmou que o grupo mantém o compromisso de investir no país – quando anunciou ampliação dos investimentos este ano de R$ 11 bi para R$ 14 bilhões – e acredita que as novas ofertas anunciadas pela TIM – que acaba com a diferença de preço nas ligações on net e off net – vão mudar o paradigma do mercado de telefonia móvel brasileiro.

Novo Paradigma

"No Brasil, todo mundo, e digo todo o mundo, está otimizando o seu padrão de voz, já que tem pelo menos dois SIM cards. Atualmente, uma ligação off net no Brasil custa o preço de um quilo de pão, o que é realmente ridículo. O que aconteceu na Europa? A queda do custo da rede off net criou uma revolução no mercado, com o fim das comunidades e surgimento dos bundles", disse.

O executivo afirmou que o mesmo movimento foi feito na Europa, quando também caiu o custo da interconexão da rede móvel. "Aqui os clientes pré-pagos e pós-pagos adotaram os bundles", afirmou. Patuano concorda que os clientes do pós-pagos gastam mais do que os do pré-pagos, mas ressalta que as necessidades são as mesas e que por isso a empresa precisa criar ofertas interessantes para os dois públicos.

"Acreditamos que nos dois primeiros trimestres tenhamos uma pressão no rebalanceamento das vendas, mas a equipe da TIM está trabalhando duro em custo e eficiência", concluiu.

Anatel e Minicom pensam em adiar os contratos de concessão

O martelo ainda não está batido, mas já é voz corrente em Brasília que a renovação dos contratos de concessão e do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) será adiada. Os contratos revisados e no novo PGMU deveriam ser assinados até o dia 31 de dezembro, para começar a valer a partir de 1º de janeiro do próximo ano, com novas metas e novas cláusulas contratuais.

Mas a equipe do Ministro André Figueiredo tem conversado com a Anatel e está propensa pelo adiamento. Até porque, se o contrato depende exclusivamente da Anatel, o PGMU é do Poder Executivo. A Anatel faz a consulta manda a sugestão, mas cabe ao Ministério adotá-la ou não para que a presidência da República a transforme em novas metas a serem cumpridas.

Se houver o adiamento, contudo, ele não estará vinculado à discussão da nova modelagem do setor de telecomunicações, argumentam as fontes. Pois embora sejam temas congruentes, as discussões estão sendo travadas em paralelo e não afetam a renovação contratual.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/11/2015 - Telesíntese

Vivo lucra R$ 886,2 milhões no 3T15, impulsionada pelo pós-pago e dados

Em relação ao 3T15, o lucro líquido caiu 19%, graças ao aumento dos custos operacionais de 3,5%, à variação monetária e cambial que triplicou no ano, ao aumento de provisão para devedores duvidosos e à redução da receita da VU-M. A receita bruta, de R$ 16.080,4 milhões foi pouco superior à de um ano atrás, mas a receita líquida, de R$ 10.065,5 milhões, ficou abaixo dos R$ 10.580,8 milhões registrados no 3T14. A margem de Ebitda (resultado antes de lucro, amortizações, juros e depreciação) caiu 0,5% no acumulado de um ano. Os resultados da Vivo incorporam os da GVT e, para efeitos de comparação, os dados de 2014 já trazem os resultados da operadora absorvida pela Vivo.

A Telefônica Vivo divulgou hoje (4) à noite os seus resultados trimestrais, positivos frente à crise. Ela registrou um lucro líquido de R$ 886,2 milhões (- 19% em relação ao 3T14) para um faturamento bruto de R$ 16.080, 4 milhões, pouco superior ao de um ano atrás, e um faturamento líquido de R$ 10.065,5 milhões, ligeiramente inferior ao do 3T14.

Apesar do aumento das despesas operacionais (+3,5%), da variação monetária e cambial (que triplicou no acumulado de um ano), da queda da VU-M e do aumento de provisão para devedores duvidosos, a operadora conseguiu o desempenho positivo na sua operação móvel, cuja receita cresceu quase 5%. Nesse segmento de mercado, onde registrou um recuo da base de assinantes de 0,5 no acumulado do ano, ela registrou uma queda entre os assinantes de pré-pago de 7%, em relação ao 3T14, mas um aumento de 12% da sua base de pós-pago.

O incremento do pós-pago se refletiu também no crescimento da receita de dados e serviços de valor agregado. Ela passou de R$ 2.124,6 milhões no 3T14 para R$ 2.866,4 milhões no 3T15, um aumento de quase 26%.

Em consequência da mudança do perfil de sua base de clientes, que fechou setembro de 2015 com 79,414 milhões de assinantes – market share de 29,1% -, a conta média mensal por assinante subiu de R$ 23,5 para R$ 24,3 no ano, com destaque para o aumento no último trimestre de 2015, e o total de minutos consumidos por assinante por mês também aumentou de 132,4 no 3T14 para 134,2 no 3T15.

Voz fixa

No conjunto de serviços englobados na rubrica voz fixa, a receita de R$ 4.135,3 milhões foi pouco inferior à registrada há um ano, no 3T14, de R$ 4.295 milhões. Houve uma ligeira queda no serviço de voz propriamente dito, compensada em parte pelo aumento da receita em banda larga fixa, que no ano saltou de R$ 732,6 milhões para R$ 799 milhões, em TV por assinatura (de R$ 352 milhões para R$ 447,6 milhões) e de dados corporativos, que aumentou ligeiramente.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/11/2015 - CUT

Em nota, MAB acusa Vale de tragédia em MG

Para Movimento dos Atingidos por Barragens, negligência da mineradora foi causa das mortes

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se solidariza com os trabalhadores e trabalhadoras da mineração e com todas as famílias do distrito de Bento Rodrigues, que pertence ao município de Mariana, região central de Minas Gerais, vítimas do rompimento de duas barragens de rejeito mineral que pertencem a Samarco Mineração S.A, empresa controlada pelos grupos Vale e BHP Billiton.

A onda de lama contaminada com mercúrio, arsênio e ferro arrasou a comunidade que tinha cerca de 600 moradores. Cerca de 30 trabalhadores estavam no local na hora do rompimento. Pelo menos 10 pessoas morreram e o número de desaparecidos ultrapassa 100 pessoas, incluindo crianças. Cerca de 500 foram resgatadas.

A lama chegou ao Rio do Carmo atingindo moradores a 70 km de Mariana e agora está próxima a barragem de Candonga, no inicio do Rio Doce. Corpos descem o rio em meio a grande quantidade de entulhos e sujeiras. Comunidades estão isoladas e sem energia. O abastecimento de muitas cidades está sendo comprometido.

O MAB denuncia que as empresas Vale e BHP são responsáveis pelo rompimento. Há muitos anos, a comunidade vem alertando sobre os riscos. Ontem, na hora do almoço, trabalhadores ouviram estrondos, mas as atividades continuaram. Suspeitas de que um terremoto teria provocado o acidente não se sustenta visto que foi um tremor de baixíssimo impacto. Não havia nenhum mecanismo de aviso e socorro à população, como exigido em lei. Todo o processo de socorro aos desabrigados está sendo feito pela Prefeitura de Mariana. A negligência das empresas é total.

Solidários na dor pelas perdas irreparáveis e pelos prejuízos incalculáveis causados pelas empresas, chamamos toda a população e as organizações sociais da região a se unirem em torno de uma pauta que garanta o respeito aos direitos das famílias e a dignidade da vida de cada trabalhador e trabalhador que produz a riqueza da Samarco Mineração que lucrou mais de R$2 bilhões em 2014.

A mineração deve estar a serviço da soberania popular e não dos desmandos e barbaridades cometidaspor empresas como a Vale que tem no desrespeito às populações e aos trabalhadores a sua marca registrada. Por isto, continuamos em luta.

Água e mineração para a vida! Não para a morte!

Água, energia e mineração para a soberania do povo brasileiro!